

Trabalho apresentado no 18º CBCENF

Título: AUTONOMIA E DIREITO À INFORMAÇÃO PARA GESTANTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Relatoria: TATIANA DO NASCIMENTO XAVIER

Dailton Alencar Lucas de Lacerda

Luana Jesus de Almeida da Costa

Autores:

Laenia Angélica Andrade Lopes

Eugivana de Farias Leite

Modalidade: Pôster

Área: Educação, política e vulnerabilidade social

Tipo: Relato de experiência

Resumo:

A garantia de acesso, equidade no cuidado e integralidade nas ações em saúde é um grande desafio para a reorganização dos serviços do Sistema Único de Saúde. Entretanto, também é preciso garantir que os direitos assegurados em lei e transformados em políticas públicas sejam cumpridos. Dentro desta perspectiva o presente relato de experiência visa descrever uma atividade desenvolvida no município de Bananeiras-PB, na qual buscou-se avaliar os direitos à informação na atenção integral às mulheres que já passaram pelo parto e puerpério. A experiência foi resultado de uma mobilização comunitária desenvolvida na Unidade Básica de Saúde Dr. Mariano Barbosa no período de 06 a 12 de Outubro de 2013. Este evento, nomeado II Semana do Bebê, o qual teve como tema “Bebê, um sonho realizado”, foi promovido pelas Secretárias de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde, numa rede articulada que realizou uma série de ações, com intervenções informativas e assistenciais. A atividade desenvolvida pela equipe da Estratégia de Saúde da Família abordou a temática do direito ao pré-natal de qualidade, ao parto humanizado e à assistência à mãe e ao neonato. Após a realização destas atividades, as mulheres foram entrevistadas para verificar se àqueles direitos discutidos pela equipe estavam sendo cumpridos na prática. Os resultados evidenciaram que as informações proporcionadas às mulheres no evento fizeram-nas refletir o quão é fundamental para sua autonomia a apropriação dos seus direitos. Constatou-se ainda por meio dos relatos que existem alguns entraves na Rede de Atenção ao cuidado da mulher principalmente com relação às práticas oferecidas nos Hospitais e Maternidades, tais como o desconhecimento de ter um acompanhante durante o parto, as práticas de violência institucional e o uso abusivo de técnicas e procedimentos que não respeitavam o seu ritmo natural e assim impediam o seu protagonismo. Neste sentido, o predomínio do modelo biomédico e a utilização acrítica do conhecimento técnico, sobretudo em hospitais, instituições contemporâneas contrárias às mudanças, modos de organização e circulação do poder, pode dificultar a implementação de ações e tentativas de inovações. Contudo é preciso ampliar o debate no sentido de identificar os problemas existentes na Rede de atenção, problematizando esta realidade para gerar uma sensibilização dos profissionais e mobilização das mulheres para que sejam protagonistas na busca pelos seus direitos.